



Entre o controle e a exclusão: O impacto do urbanismo higienista na relação humano-animal em São Paulo

Entre el control y la exclusión: El impacto del urbanismo higienista en la relación humano-animal en São Paulo

E4_01 Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno

Carolina Ribeiro Simon

Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil,
carolinasimon@gmail.com

Resumo: O presente trabalho examina a evolução das relações entre seres humanos e animais no contexto urbano de São Paulo, destacando os impactos das práticas de controle e disciplinamento da natureza, especialmente no âmbito do urbanismo higienista. Desde o Renascimento, consolidou-se uma perspectiva antropocêntrica que coloca o ser humano no ápice da hierarquia dos seres vivos, promovendo um distanciamento progressivo da natureza e legitimando sua fragmentação e subordinação. Nesse cenário, a ciência moderna, ao dissecar e submeter a natureza, visava controlar a desordem. A partir das contribuições de Emmanuel Gouabault e Claudine Burton-Jeangros (2010), discute-se o aprofundamento do controle sobre os animais, especialmente nas cidades. A pesquisa investiga os imaginários urbanos associados à noção de contaminação e as estratégias adotadas para o controle das zoonoses, com ênfase nas inter-relações de conceitos como pathós, fármakon e toxicon. Considerando as reflexões de Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin, discute-se o papel das imagens na construção do conhecimento histórico, utilizando a noção de imagens dialéticas como um recurso para evocar os ecos do passado nas representações urbanas. A análise abrange o período do início do século XX até a contemporaneidade, com especial atenção às transformações nas relações com o espaço urbano e aos dispositivos de controle, à luz da teoria de Michel Foucault. Por fim, o estudo reflete sobre como o processo de objetivação da natureza e a separação entre o urbano e o natural, impulsionados pelo urbanismo higienista, contribuem para a marginalização de determinados animais e das tramas ecológicas em que se inserem, tratando sua presença no ambiente urbano como um desafio a ser superado, ao invés de uma oportunidade para repensar a convivência interespecíficas.

Palavras-chave: história urbana; apagamentos; relação humano-animal; imaginários; animal urbano.

Resumen: *El presente trabajo examina la evolución de las relaciones entre seres humanos y animales en el contexto urbano de São Paulo, destacando los impactos de las prácticas de control y disciplina de la naturaleza, especialmente en el ámbito del urbanismo higienista. Desde el Renacimiento, se ha consolidado una perspectiva antropocéntrica que sitúa al ser humano en la cumbre de la jerarquía de los seres vivos, promoviendo un distanciamiento progresivo de la naturaleza y legitimando su fragmentación y subordinación. En este escenario, la ciencia moderna, al diseccionar y someter a la naturaleza, pretendía controlar el desorden. A partir de las contribuciones de Emmanuel Gouabault y Claudine Burton-Jeangros (2010), se discute la profundización del control sobre los animales, especialmente en las ciudades. La investigación investiga los imaginarios urbanos asociados a la noción de contaminación y las estrategias adoptadas para el control de las zoonosis, con énfasis en las interrelaciones de conceptos como pathós, phármacon y toxicon. Considerando las reflexiones de Georges Didi-Huberman y Walter Benjamin, se discute el papel de las imágenes en la construcción del conocimiento histórico, utilizando la noción de imágenes dialécticas como un recurso para evocar los ecos del pasado en las representaciones urbanas. El análisis abarca el período desde principios del siglo XX hasta la contemporaneidad, con especial atención a las transformaciones en las relaciones con el espacio urbano y los dispositivos de control, a la luz de la teoría de Michel Foucault. Por último, el estudio reflexiona sobre cómo el proceso de objetivación de la naturaleza y la separación entre lo urbano y lo natural, impulsados por el urbanismo higienista, contribuyen a la marginalización de determinados animales y de las tramas ecológicas en que se insertan, tratando su presencia en el entorno urbano como un desafío a superar, en lugar de una oportunidad para repensar la convivencia entre especies.*

Palabras-clave: *historia urbana, apagamientos, relación humano-animal, imaginários, animal urbano.*

Introdução

Nas grandes metrópoles, as relações entre humanos e animais foram historicamente atravessadas por tensões, ambiguidades e disputas. Em São Paulo, particularmente, o processo de modernização urbana esteve profundamente associado a práticas higienistas que buscaram reorganizar o espaço da cidade a partir de lógicas sanitárias, de controle social e de exclusão de corpos considerados indesejáveis. Nesse contexto, os animais ocuparam lugar significativo, seja como ameaça à ordem pública e à saúde, seja como companheiros bem aceitos no âmbito da vida urbana. A análise aqui partilhada inscreve-se em um recorte temporal que acompanha as transformações urbanas e sociais ocorridas do início do século XIX à contemporaneidade. Esse período foi escolhido por abarcar tanto as primeiras intervenções urbanísticas inspiradas pelo higienismo - com forte influência das concepções médicas e sanitárias - quanto os desdobramentos dessas práticas na configuração atual da cidade, em que permanecem visíveis traços de disciplinamento e exclusão em relação à presença animal. A compreensão dessas relações exige uma abordagem que vá além da descrição histórica linear. Inspirados em Michel Foucault (2008), observa-se que o higienismo urbano operou como dispositivo biopolítico, moldando práticas e definindo fronteiras entre normalidade e anormalidade. Complementarmente, a análise proposta por Gouabault e Burton-Jeangros (2010) sobre a ambivalência das relações humano-animal ajuda a explicitar como se configuram percepções contraditórias - entre o afeto e a rejeição, a proteção e o extermínio.

Neste artigo, sustenta-se que as imagens produzidas no período analisado - fotografias, registros jornalísticos e documentos gráficos - operaram não apenas como registros visuais, mas como dispositivos de produção de sentidos, contribuindo para a constituição de modos de ver e de significar os animais na cidade. Seguindo a perspectiva de Georges Didi-Huberman (2012, 2017) e Walter Benjamin (1994), as imagens são compreendidas como dialéticas, isto é, capazes de condensar tempos e evocar ecos do passado, revelando a persistência de imaginários higienistas na contemporaneidade. Por meio da articulação entre fundamentos teóricos, análise imagética e reconstrução histórica, evidencia-se como o urbanismo higienista em São Paulo, do século XIX à contemporaneidade, engendrou representações, práticas e dispositivos que organizaram - e tensionaram - as relações entre humanos e animais. Nesse percurso, busca-se destacar como a cidade, ao mesmo tempo em que se consolidava como espaço de modernidade, instituiu mecanismos de exclusão e invisibilização de determinadas formas de vida, tensionando as possibilidades de uma convivência multiespécie. Tal perspectiva permite aproximar a análise do debate em torno do Antropoceno, concebido aqui menos como categoria estritamente geológica e mais como chave interpretativa das múltiplas transformações que atravessam e reconfiguram as relações entre humanos e não humanos. Na metrópole, tais transformações se traduzem em práticas de controle, apagamento e seleção das espécies que “podem” ou “não podem” habitar o espaço urbano. Nesse horizonte, São Paulo se configura como um espaço emblemático para pensar os impasses contemporâneos da cidade multiespécie, marcada tanto pelas heranças do higienismo quanto pela emergência de novas formas de convivência interespecies.

A cidade, o higienismo e os animais “fora de lugar”

A noção de Antropoceno, conceito formulado por Crutzen e Stoermer (2000), evidencia a capacidade humana de alterar ecossistemas em escala planetária, transformando a biosfera e redefinindo os limites do possível no mundo natural. Embora seja uma noção recente, ela fornece um pano de fundo útil para compreender como a modernidade urbana produziu ambientes altamente controlados, nos quais as fronteiras entre o urbano e o natural, e entre humanos e animais, foram redefinidas de forma contínua e estratégica (Chakrabarty, 2009). Dipesh Chakrabarty (2009) observa que o Antropoceno desfaz a distinção rígida entre “história natural” e “história humana”, pois a agência técnica e social das populações humanas torna-se indistinguível dos processos ecológicos e climáticos. Nesse quadro, as cidades constituem espaços privilegiados de análise: são, ao mesmo tempo, motores do Antropoceno e arenas em que a exclusão de outras espécies se manifesta de forma mais evidente. Jamie Lorimer (2015) propõe que as cidades devem ser entendidas como ecologias multiespécie, espaços de interações constantes entre humanos e não humanos. Ainda que moldadas por decisões humanas de planejamento, transporte e saneamento, as cidades são habitadas por uma diversidade de espécies que desafiam a lógica antropocêntrica. No entanto, a modernidade consolidou um projeto de afastamento progressivo dos animais considerados indesejados, vinculando sua imagem às noções de desordem e risco.

O urbanismo higienista, surgido no século XIX como resposta ao crescimento urbano e às epidemias, é uma expressão concreta da lógica biopolítica. Foucault (1975; 1976) descreve a transição de sociedades disciplinares - centradas na conformação de corpos individuais - para formas de biopolítica, voltadas à administração de populações. No contexto urbano, o higienismo reorganizou a cidade sob o pretexto da saúde pública, regulando espaços, circulação e convivência entre espécies. Assim, atuava como dispositivo biopolítico: ao ordenar a cidade, procurava eliminar focos de risco - bairros insalubres, corpos marginalizados e animais perigosos. Esse foi igualmente o caso de São Paulo, onde o higienismo não se restringiu à normatização das práticas humanas, estendendo-se à contenção de animais, sobretudo aqueles considerados vetores de risco. Nesse contexto, a lógica biopolítica expandiu-se para além do corpo humano, alcançando os corpos animais, que passaram a ser incluídos ou excluídos do espaço urbano conforme sua utilidade ou potencial ameaça. As políticas de higienização urbana concretizaram-se na expulsão de populações pobres dos cortiços, na regulamentação da ocupação do espaço público e na criminalização de práticas populares envolvendo animais (Campos, 2002). Ao higienizar a cidade, buscava-se não apenas conter a proliferação de doenças, mas também impor uma ordem social e espacial capaz de marginalizar simultaneamente populações humanas e não humanas.

No início do século XX, relatórios da Câmara Municipal e da Inspetoria de Higiene já registravam preocupações recorrentes com “cães vadios” e “animais nocivos” (São Paulo, 1910). As campanhas contra a raiva e a peste bubônica, que assolavam a cidade, levaram à sistematização da captura de cães errantes e ao extermínio de ratos, articulando saberes veterinários, médicos e policiais em um mesmo dispositivo de controle. A municipalidade implementava carros especiais para recolha de animais e normativas que proibiam sua circulação em determinados espaços públicos, como praças e mercados. Assim, a cidade ia sendo redesenhada por uma lógica de

separação: de um lado, os animais úteis (animais utilizados na tração, aves de consumo, cães de guarda) e, de outro, os considerados perigosos ou supérfluos, que deveriam ser removidos. Além disso, é importante observar que até mesmo os animais postos a serviço dos humanos, como cavalos, bois e burros, sofrem em dado momento com processos de exclusão.

A expansão urbana de São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, coincide com a intensificação das políticas higienistas. Nesse período, consolidou-se uma visão de cidade como organismo a ser protegido contra ameaças externas e internas, sejam elas epidemias ou populações consideradas “indesejáveis”. A metáfora médica aplicada ao espaço urbano - a cidade como corpo que precisa ser constantemente saneado - sustentou intervenções radicais, como a abertura de avenidas e a demolição de cortiços, mas também políticas mais específicas de gestão dos animais urbanos. No discurso sanitário, cães vadios, cavalos debilitados e ratos foram associados à sujeira, à transmissão de doenças e à desordem dos espaços públicos. A regulamentação municipal previa não apenas a apreensão e eliminação desses animais, mas também a normatização de sua circulação, estabelecendo horários, e até licenças obrigatórias.

Nesse contexto, destaca-se a criação da Inspetoria Geral de Fiscalização. Segundo Aprobato Filho (2007), esse órgão tinha a função de garantir o cumprimento da legislação em suas diversas áreas de atuação. Para tanto, o município foi dividido em 40 distritos, organizados em quatro zonas, cada uma sob a responsabilidade de um inspetor de fiscalização, enquanto cada distrito era designado a um guarda-fiscal. Esses funcionários podiam acumular a fiscalização de mais de um distrito ou zona, conforme necessário (Aprobato Filho, 2007, p. 144-145). Entre as responsabilidades da Inspetoria estavam o serviço de limpeza pública e particular, a fiscalização das linhas de bondes, do serviço funerário, do transporte de cadáveres para cemitérios, a demolição e reconstrução de edificações em ruína ou contrárias às leis de higiene, e ações voltadas à presença animal, como **extinção de formigueiros**, **extermínio de cães** e **recolhimento de animais soltos**.

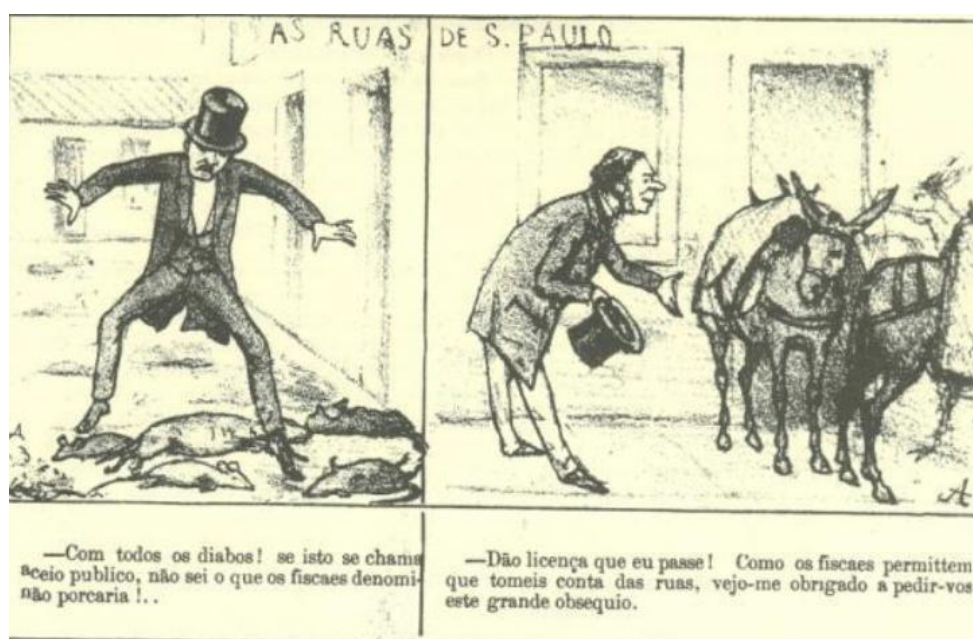


Figura 01: Charge ironizando a ineficiência dos fiscais em conter os animais pelas ruas. Cabrião, 7 de abril de 1867.
Fonte: AGOSTINI et al., 2000.

Tais medidas evidenciam uma intenção de afastamento ou exclusão desses animais do espaço urbano. Esses dispositivos reforçam a leitura foucaultiana da cidade como espaço de disciplinamento e controle: os corpos animais, assim como os corpos humanos, eram objeto de técnicas de vigilância e exclusão que visavam à constituição de um espaço urbano “limpo”, ordenado e funcional. No entanto, cabe destacar que a legislação previa a execução de medidas contra maus-tratos e crueldade, representando, ao menos formalmente, uma tentativa de proteger (alguns) animais no contexto da vida urbana.

Portanto, as relações entre humanos e animais no meio urbano revelam a forte influência de imaginários associados à contaminação e ao risco, atravessados por noções como *pathós*, *phármakon* e *toxicon*, que estruturaram não apenas a compreensão das zoonoses, mas também as práticas voltadas ao seu controle. Observar os nexos entre a presença de animais nas cidades e os discursos que os cercam permite perceber como esses imaginários informam os modos de interação com o espaço urbano e com os seres que nele habitam. Nesse sentido, é revelador o relato do cronista Jorge Americano sobre os cães de rua em São Paulo, publicado em 1962. Em tom irônico, ele recupera uma lenda urbana que circulava à época da carrocinha, segundo a qual os cães mortos eram aproveitados para a fabricação de sabão - narrativa que evidencia a confluência entre medo, rumor e representações sociais em torno dos animais urbanos. Mais do que um detalhe anedótico, essa memória popular ilumina como práticas de captura e extermínio eram sustentadas por discursos que legitimavam a exclusão, traduzindo em imagens do cotidiano a lógica biopolítica e higienista que moldava a cidade.

Pensei que não havia mais, porém há tempos ainda vi uma. Cachorros de comportamento execrável, que costumam latir e agredir sem motivo, viravam da esquina de onde vinha o perigo e pretendiam fazer amizade de última hora com a gente que passava. A explicação, eu tive ao chegar à esquina. Homens perseguiam-nos com grandes laços, no que eram atrapalhados propositadamente pelos moleques da rua. (...) Eles, que sempre viveram inúteis, à cata de um osso nas latas de lixo, sem terem onde cair mortos, desesperavam-se diante da perspectiva honrosa de morte digna, que os transformaria em sabão de lavar roupa! (AMERICANO, 1963, p.141).

É possível identificar, nesse imaginário, um paradoxo da técnica: o cão raivoso - figura teriomórfica¹ associada ao perigo e à contaminação - seria transformado em sabão, produto por

¹ O termo *teriomórfico* remete à tipologia das imagens desenvolvida por Gilbert Durand (2002), para quem o imaginário se organiza em dois regimes fundamentais. O **regime diurno** privilegia imagens heroicas e ascensionais,

excelência da limpeza. A operação imaginada traduz uma inversão simbólica: o corpo do animal, marcado pelo risco, dissolve-se na substância que encarna a pureza. Esse antagonismo paradoxal não apenas reforça os ideais de higienização, mas também revela como práticas de contenção e extermínio eram legitimadas em nome da construção de uma cidade “saudável”. As imagens teriomórficas, como a do cão raivoso, não apenas refletem práticas higienistas, mas condensam tensões sociais e políticas sobre a presença animal na cidade. Seguindo Durand (2002), essas figuras expressam o medo da alteridade e da contaminação, projetado no animal. Em diálogo com Didi-Huberman (2017) e Benjamin (1987), podemos entendê-las como imagens dialéticas: sobrevivências que retornam em diferentes contextos, trazendo à tona conflitos históricos. Nesse sentido, o cão raivoso é **mais do que um vestígio do passado** - é um sintoma recorrente da tentativa de **separar o urbano do natural**.



Figura 02: Reportagem da revista Manchete, de 1959, mostra garoto tentando impedir a captura de cão. Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/>.

No âmbito das políticas de controle animal, observa-se que, já em 1820, as posturas municipais enfatizavam a regulação de animais considerados perigosos ou que causassem “inconvenientes” nos espaços públicos. Como aponta Rafael Mantovani (2017), mesmo nesse período registravam-se práticas de abate de cães, ainda que sem justificativas relacionadas diretamente à saúde pública ou à prevenção de doenças. Em 1830, as leis passam a incorporar uma dupla interpretação: de um lado, poderiam ser lidas como medidas de saúde pública; de outro, como dispositivos voltados à proteção do patrimônio privado contra eventuais danos causados pelos animais (MANTOVANI, 2017, p. 187).

orientadas pela separação e pelo combate ao que ameaça a ordem; o **regime noturno**, por sua vez, reúne imagens de fusão, metamorfose e alteridade, em que o animal ocupa lugar central como figura do instinto e da desmedida. As imagens teriomórficas inscrevem-se neste último regime, projetando no animal o temor da contaminação e da dissolução das fronteiras. Nesse contexto, o cão raivoso pode ser compreendido como uma figura simbólica que projeta no animal a ameaça da desordem e da contaminação, em contraste com o ideal higienista de purificação e controle.

No esforço de reconfigurar a imagem da cidade, o poder público promoveu processos de exclusão e ocultação de elementos considerados indesejados (Oliveira, 2015; Aprobato Filho, 2007), incluindo animais urbanos, sejam domésticos ou sinantrópicos². Cães vadios foram alvo de campanhas de extermínio, enquanto cavalos de carroça tiveram temporariamente seu uso valorizado no transporte, antes de também serem relegados ao abandono. Porcos, outrora comuns em quintais e pátios, foram progressivamente proibidos sob justificativa sanitária, e pombos, apesar de presentes há séculos, passaram a ser alvo de políticas de controle e estigmatização. Esses exemplos evidenciam que a cidade não apenas afastou fisicamente animais, mas também produziu imagens e imaginários que reforçaram fronteiras simbólicas entre espécies. Ao longo da modernidade, portanto, consolidou-se um modelo urbano que combina três dimensões: a exclusão material de animais e populações humanas consideradas indesejáveis; a produção de imaginários urbanos (Sansot, 2004; Rozestraten, 2025) que associam a animalidade ao risco; e a ambivalência de práticas que, ao mesmo tempo, aproximam e distanciam os humanos de outras espécies. Esse tripé - Antropoceno, higienismo e exclusão animal - constitui o pano de fundo teórico e histórico que orienta a análise desenvolvida neste trabalho.

Ambivalências e zoologia negativa: entre bons e maus animais

No âmbito do desenvolvimento da sociedade moderna, especialmente sob a ótica dos avanços técnicos e científicos, intensificaram-se as práticas de distanciamento e controle dos seres humanos em relação à natureza em geral e aos animais em particular. O movimento encontra ressonância nas reflexões de Emmanuel Gouabault e Claudine Burton-Jeangros (2010), que introduzem a noção de **zoologia negativa**, evidenciando a ambivalência persistente nas relações entre humanos e animais. Nesse quadro, coexistem narrativas de valorização, afeto e proteção com práticas sistemáticas de exclusão e violência. Os autores sugerem que examinar a fronteira entre humano e animal, bem como a variabilidade de sua permeabilidade, permite compreender de forma mais abrangente as transformações na relação do ser humano com seu ambiente social e natural.

Por um lado, a fronteira humano-animal parece desaparecer em relações antropológicas inéditas com animais socializados ao extremo; por outro, na continuidade, desde os anos 1970, do desenvolvimento de uma consciência ecologista, a emergência de novos riscos - entre os quais os animais figuram como vetores - tende a reafirmar a necessidade de uma barreira intransponível entre espécies (Gouabault; Burton-Jeangros, 2010, p. 299-300; tradução nossa).

Deste modo, no mundo contemporâneo, coexistem duas tendências contraditórias: de um lado, a fronteira humano-animal tende a se dissolver em relações de extrema socialização de certos animais - como cães e gatos domesticados ao ponto de se tornarem membros da família; de outro, persiste a reafirmação de uma barreira intransponível, reforçada pela emergência de novos riscos

² Espécies silvestres ou domésticas que se adaptam a áreas transformadas pela presença humana, como mosquitos, ratos, pombos ou baratas.

zoonóticos, que devolvem os animais à condição de ameaça. Nessa lógica, mecanismos de categorização reduzem a complexidade das relações a binarismos, classificando os animais em **bons** ou **maus**, **úteis** ou **nocivos**, **dignos** ou **indignos de viver**.

Esse debate dialoga com perspectivas historiográficas que situam a relação humano-animal como um processo de longa duração. Keith Thomas (2010) demonstra como, entre os séculos XVI e XVIII, a sociedade inglesa passou por transformações significativas na percepção do mundo natural. Em *O Homem e o Mundo Natural*, o autor mostra que antigas doutrinas, que hierarquizavam rigidamente o lugar do humano em relação a plantas e animais, foram questionadas, dando lugar a novas sensibilidades que redefiniram modos de experimentar e representar a natureza. Ao mesmo tempo em que crescia o interesse científico e estético pelo mundo natural, surgiam preocupações sobre os impactos da exploração intensiva em benefício humano (Thomas, 2010, p. 19). Embora centrado no contexto inglês, Thomas ressalta que dinâmicas semelhantes ocorreram em diferentes regiões da Europa e da América do Sul (idem, p. 20). De forma complementar, Susan Nance (2015) observa que a trajetória dos seres humanos não pode ser pensada separadamente da dos animais, uma vez que ambas se entrelaçam em uma mesma tessitura histórica.

Tais contribuições permitem compreender a constituição histórica de uma fronteira que, embora construída como rígida, mostrou-se móvel e contraditória. Se por muito tempo a separação entre humano e animal foi tomada como dado, o avanço do conhecimento científico e a multiplicação de práticas sociais na contemporaneidade apontam para um cenário distinto, no qual essa divisão já não pode ser entendida de forma absoluta. A análise da transição de lógicas predominantemente antropocêntricas para abordagens mais integrativas - que consideram simultaneamente o ambiente natural e social - evidencia que os animais não apenas compõem o ambiente natural, mas também atravessam práticas, imaginários e representações urbanas, sem que se pretenda defender um zoocentrismo radical. No contexto urbano, essa dinâmica se materializa de forma concreta: o higienismo e os dispositivos de biopolítica modelaram a cidade, classificando animais segundo critérios de utilidade ou perigo e legitimando práticas de exclusão ou controle. Assim, a ambivalência das relações urbano-animal - ora de aproximação e afeto, ora de marginalização e violência - pode ser compreendida à luz dessa história de fronteiras móveis e práticas integrativas, que moldaram tanto o espaço quanto as sensibilidades sociais em relação às outras espécies.

A aplicação da zoologia negativa pode ser observada com clareza na história de São Paulo, especialmente entre o final do século XIX e o início do XX, quando a cidade passava por um processo acelerado de modernização urbana. Nesse contexto, diferentes espécies foram enquadradas como “boas” ou “más” presenças, dependendo de sua utilidade ou do risco que representavam nos discursos médicos e administrativos. No caso dos animais sinantrópicos prevalece uma representação marcada pela culpabilização (figuras 03 e 04). Frequentemente associados a riscos sanitários e incômodos, esses animais são retratados como inimigos a serem eliminados, enquanto seus papéis ecológicos no ambiente urbano permanecem invisibilizados ou minimizados.



Figura 03: Página da publicação intitulada “Os inimigos do homem. Os propagadores de sofrimento”, no Livro da Vida de 1971. O texto traz a imagem do mosquito e dá destaque ao inseto, dentre outros animais que são incluídos como os inimigos do homem. À direita: Panfleto relacionado ao combate a outro inseto “voador” também muito perseguido: as moscas. Nas cartilhas informativas e em outros documentos relativos ao combate às moscas, a linguagem pode, por vezes, revelar um tom ainda mais incisivo. Fonte: Acervo Instituto Butantan / Museu de Saúde Pública Emílio Ribas. Registros da autora, 2021.

Esse regime de classificação dialoga, por sua vez, com o pensamento foucaultiano acerca da **produção de saberes** como estratégia de poder. As campanhas sanitárias não se limitavam à prática administrativa: produziam estatísticas, relatórios, gráficos e imagens que registravam e legitimavam tais políticas. Nesse sentido, a própria produção imagética - fotografias de captura de cães, desenhos técnicos sobre o combate a ratos e outros animais, gravuras em periódicos higienistas - compunha o dispositivo, funcionando como suporte pedagógico e de convencimento da população. Assim, percebe-se que, no contexto da modernidade, a relação entre humanos e animais foi marcada por deslocamentos constantes, tanto no plano material quanto no plano das sensibilidades. Essas leituras sugerem que os limites entre espécies não são fixos, mas se configuram de modo ambivalente, oscilando entre abertura e fechamento, aproximação e afastamento. Tal dinâmica, entretanto, não se restringe à esfera das práticas sociais e científicas: ela também se projeta nas formas de representação, nas imagens e nos imaginários que historicamente acompanharam essas transformações. Ao problematizar como os animais aparecem - ou são silenciados - nos registros visuais e discursivos da vida social, torna-se possível compreender não apenas os modos de relação que prevaleceram em determinados períodos, mas também os devaneios e possibilidades que tais imagens ainda evocam no presente.

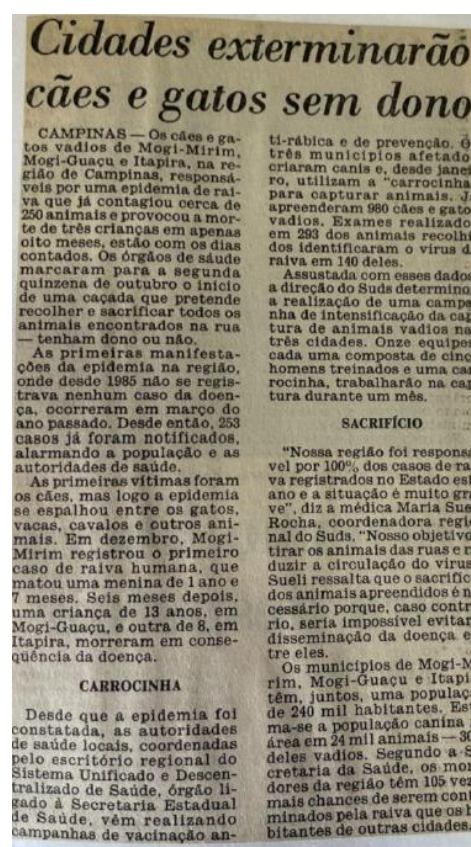


Figura 04: À esquerda: Material da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, instruindo medidas para a “destruição” dos gafanhotos, publicada em O Criador Paulista - Ano 1919/Edição 00011, P. 297. À direita: “Cidades exterminarão cães e gatos sem dono”. O Estado de São Paulo, 25/09/1990, p. 13. Fonte: Acervo Instituto Butantan / Museu de Saúde Pública Emílio Ribas. Registros da autora, 2021.

Do passado ao presente: cidade multiespécie e imaginários urbanos

Se os relatórios e regulamentos higienistas configuram o aspecto normativo da gestão dos animais urbanos, é sobretudo pelas imagens que esses dispositivos adquirem materialidade sensível. Fotografias de cães capturados em carrocinhas, ilustrações de campanhas contra ratos, insetos e outros sinantrópicos, charges e gravuras que estigmatizam a presença de animais nas ruas compõem um repertório imagético que não apenas documenta, mas também **produz realidades**. A persistência de debates contemporâneos sobre cães em situação de rua, colônias de pombos ou capivaras em áreas urbanas revela que a cidade continua a operar por meio de uma zoologia negativa, reatualizando antigos imaginários higienistas. Georges Didi-Huberman (2012, 2017) mostra que as imagens não se reduzem a registros lineares da história, mas emergem como fragmentos que condensam tensões, sobrevivências e latências. Em diálogo com Walter Benjamin (2006), podem ser entendidas como imagens dialéticas: instantes em que o passado se cristaliza e interpela o presente, abrindo brechas para novas leituras críticas.

A análise dessas ambivalências evidencia que o espaço urbano moderno nunca foi neutro ou exclusivamente humano. Ele foi (e ainda é) produzido por práticas de categorização e exclusão que definem quais espécies podem coexistir e quais devem ser eliminadas ou relegadas à

invisibilidade. Assim, ao examinar a iconografia produzida pelo higienismo paulistano, não se trata apenas de constatar exclusão animal, mas de perceber como essas imagens carregam simultaneamente a memória da violência e a possibilidade de reinterpretar nossa própria condição urbana. Elas revelam uma cidade em que os animais eram parte constitutiva do cotidiano e, ao mesmo tempo, alvo de políticas de invisibilização - um campo de ambivalência que persiste até hoje. Essa reflexão se insere no debate contemporâneo sobre a cidade multiespécie (Haraway, 2016; Kirksey; Helmreich, 2010), em que humanos e animais compartilham espaços, afetos e conflitos. A leitura foucaultiana evidencia a continuidade de dispositivos que ainda regulam a presença animal - campanhas de zoonoses, legislações e programas de captura - enquanto Benjamin e Didi-Huberman mostram que imagens do passado retornam como fantasmas críticos, desestabilizando a linearidade histórica. Entre práticas de exclusão e movimentos de cuidado, a cidade se revela como espaço de disputa simbólica e material, no qual o lugar dos animais permanece em negociação.

O urbanismo higienista em São Paulo não apenas reorganizou a cidade, mas instituiu dispositivos biopolíticos que categorizaram animais aceitáveis e indesejáveis, produzindo um imaginário marcado pelo medo da contaminação e pelo desejo de controle. Essa lógica afastou os animais materialmente e os marginalizou simbolicamente, associando-os à doença e ao atraso. Fotografias, materiais educativos e gravuras documentaram e reforçaram esse regime, cujos ecos ainda se refletem na forma como cães, gatos, aves e roedores são enquadrados por lógicas de risco e exclusão. Esses vestígios, porém, resistem ao apagamento, abrindo espaço para leituras críticas que mostram como os mesmos espaços urbanos podem ser vistos tanto como zonas de ameaça quanto como arenas de convivência interespécies. A análise histórica, teórica e imagética evidencia que São Paulo foi produzida não apenas como cidade dos humanos, mas também contra determinados não humanos - e que reconhecer esses rastros permite imaginar relações alternativas na cidade multiespécie do presente.

Como demonstram os exemplos históricos, a cidade já produziu dispositivos materiais e simbólicos para excluir ou controlar determinados animais. No contexto contemporâneo, práticas semelhantes persistem de maneira mais sutil, como na chamada **arquitetura hostil**, projetada para afastar tanto pessoas quanto animais urbanos. Os pombos, por exemplo, tornam-se alvo frequente desses dispositivos - espinhos de plástico ou metal instalados com o intuito de afastá-los - com a justificativa de evitar sujeira causada por fezes e supostos riscos sanitários. Embora a Lei 14.489/2022 (Lei Padre Júlio Lancellotti) tenha proibido explicitamente o uso de materiais ou estruturas destinados a afastar pessoas em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua, os pombos não foram contemplados nessa legislação.



Figura 05: Acima: Detalhe de espinhos instalados na estrutura interna do Centro Cultural São Paulo (CCSP), para afastar pombos. Abaixo: Espinhos instalados no Museu Ipiranga, com destaque para a intervenção realizada por visitantes, que entortaram uma parte dos metais, retirando seu potencial hostil e transformando em um formato de corações com o próprio material. Foto: Tatiana Gaspar, 2024.

A presença contínua desses elementos, porém, também permite a **ressignificação dos espaços urbanos**. Intervenções realizadas por frequentadores, por exemplo, transformaram espinhos originalmente hostis em formas de corações, demonstrando a possibilidade de converter um instrumento de exclusão em um gesto de convivência e cuidado. Esse exemplo evidencia que a gestão da cidade multiespécie permanece em constante negociação: entre a exclusão e o controle, emergem práticas de ressignificação e possibilidades de convivência com os animais urbanos, mostrando que a tensão entre presença e marginalização persiste.

Considerações finais

A análise do urbanismo higienista em São Paulo revela que o processo de modernização urbana foi também um processo de **produção de fronteiras interespécies**, no qual os animais foram sistematicamente classificados, controlados e, em muitos casos, eliminados do espaço público. Essa dinâmica materializou-se tanto em políticas e dispositivos técnicos quanto em representações simbólicas, consolidando uma **zoologia negativa** que diferenciava os “bons” animais - úteis, domesticados, controlados - dos “maus” - vadios, vetores de doenças, associados ao atraso. Ao mobilizar o conceito de Antropoceno, podemos compreender esse movimento como parte de um processo histórico mais amplo, em que o ser humano passou a atuar como força geológica capaz de remodelar ecossistemas inteiros, particularmente no ambiente urbano. Em São Paulo, a lógica higienista não apenas expulsou ou confinou animais, mas também reforçou a separação entre natureza e cidade, invisibilizando a dimensão multiespécie da vida urbana.

Contudo, como indicam Benjamin (1987) e Didi-Huberman (2012), os rastros e imagens do passado não desaparecem, mas sobrevivem como imagens dialéticas, capazes de evocar ecos que iluminam o presente. Nesse sentido, a presença de cães em situação de rua, colônias de pombos, cavalos ou mesmo capivaras em parques urbanos evidenciam que os conflitos e ambivalências do passado persistem na cidade contemporânea, reatualizando imaginários higienistas e fronteiras interespécies. O que o higienismo buscou construir - uma cidade asséptica, ordenada e antropocêntrica - não eliminou a vida animal, mas apenas a reorganizou segundo critérios de utilidade, risco ou invisibilidade. No contexto atual, marcado por debates sobre o Antropoceno e pela emergência da ecologia política urbana, esses rastros oferecem oportunidades para repensar a cidade como **território multiespécie**, onde a presença animal não deve ser tratada como problema a ser eliminado, mas como desafio epistemológico e ético para novas formas de convivência.

Ao articular o histórico das práticas higienistas com os aportes de Foucault (1975, 1976), Gouabault e Burton-Jeangros (2010), Thomas (2010) e Nance (2015), em diálogo com as imagens dialéticas de Benjamin (1987, 2006) e Didi-Huberman (2012, 2017), este estudo propõe um deslocamento do olhar: mais que ler a história urbana como exclusão e disciplinamento, trata-se de **reconhecer vestígios** que **resistem** e alimentam outras **narrativas**. Pensar a cidade de São Paulo à luz do Antropoceno implica compreender não apenas como a cidade produziu exclusões, mas também imaginar formas de coexistência capazes de inscrever animais e outras vidas na construção de cidades mais justas e plurais. Reimaginar a cidade exige repensar dispositivos e imaginários que a estruturam, não só para mitigar conflitos, mas para abrir espaço a relações urbanas inclusivas e interespécies. A cidade multiespécie, assim, não se limita à coexistência física, mas envolve **reconhecimento simbólico e ético da presença animal**, que desafia lógicas históricas de controle e exclusão.

Referências

- AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manoel dos. Cabrião: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. Introdução de Délio Freire dos Santos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo Atual (1935-1962)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.
- APROBATO FILHO, Nelson. O couro e o aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia, final do século XIX / início do XX. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Tese sobre o conceito de história*. In: *Sobre o conceito de história*. Tradução de Mauro Gama. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- CAMPOS, Cristina de. *A cidade contra o cortiço: discursos médicos e legislação sanitária em São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197–222, 2009.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. *IGBP Newsletter*, v. 41, p. 17–18, 2000.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Tradução de Maria Luiza Tucci. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2004.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história* (t. 1). Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição*. Tradução: Patrícia Carmello; Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: vol. 1 — a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Aula no Collège de France, 1977-1978. Tradução de Mauro Gama. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOUBAULT, Emmanuel; BURTON-JEANGROS, Claudine. *L'ambivalence des relations humain-animal: une analyse socio-anthropologique du monde contemporain*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

GOUBAULT, Emmanuel; BURTON-JEANGROS, Claudine. *L'ambivalence des relations humain-animal: une analyse socio-anthropologique du monde contemporain*. *Revue européenne des sciences sociales*, v. 48, n. 1, p. 293–314, 2010.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 4, p. 545–576, 2010.

LORIMER, Jamie. *Wildlife in the Anthropocene: conservation after nature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

MANTOVANI, Rafael. *Modernizar a ordem em nome da saúde: a São Paulo de militares, pobres e escravos (1805-1840)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

NANCE, Susan (ed.). *The Historical Animal*. Syracuse: Syracuse University Press, 2015.

OLIVEIRA, Luisa Victoria Pessoa de. *Rastros: a constituição do zoológico de São Paulo na imprensa paulistana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 439 pp, 2015.

ROZESTRATEN, Artur. *Formações dos imaginários urbanos de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2025.

SANSOT, Pierre. *La Poétique de la Ville*. Paris: Petit Bibliothèque Payot, 2004.

SÃO PAULO. Inspetoria de Higiene Pública. *Relatórios da Inspetoria de Higiene Pública de São Paulo (1900-1910)*. São Paulo: Arquivo Municipal, 1910.

SOBRINHO, Afonso Soares. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500–1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.